

Evento	Reunião do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau
Data	17/11/2023
Horário	14 horas
Local	Híbrida (presencial na Sala de Reuniões da Presidência e telepresencial pelo Google Meet)
Presentes	Desembargador Coordenador, Renan Ravel Rodrigues Fagundes; Desembargador Vice-Corregedor, Manoel Carlos Toledo Filho; Juiz Auxiliar da Presidência, Levi Rosa Tomé; Juiz Sérgio Polastro Ribeiro (representante AMATRA XV); Juiz Marcel de Ávila Soares Marques; Juíza Fernanda Amabile Marinho de Souza Gomes; Juíza Vanessa Cristina Pereira Salomão; Juíza Camila Ceroni Scarabelli (suplente) Juiz Manoel Luiz Costa Penido (suplente); Secretária de Gestão de Pessoas, Paula Toniatti (suplente do Diretor-Geral); Secretário de Orçamento e Finanças, Marco Antonio Fernandes; Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes; Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, Herbert Wittmann; Secretária da Administração, Ana Silvia Damasceno Cardoso Buson; Servidor Vlademir Nei Suato; Servidor Antonio Carlos Betanho; Servidora Marluce Ladeia Christovam; Servidora Susana Haydee Flores Cucatti; Servidor Ivan Bagini (representante Sindiquinze); Patricia Luchi Pesce (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês); Carlos Eduardo Buzan Larica (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês).
Ausentes	Desembargadora Corregedora, Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza; Desembargador Marcelo Garcia Nunes; Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini (suplente); Juíza Conceição Aparecida Rocha de Petribu Faria (suplente); Juíza Regina Rodrigues Urbano (suplente AMATRA XV); Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser; Servidor Univer Cristiano Nogueira da Silva; Servidor Rodrigo Gonçalves Dias Agostineto; Servidora Andréa Azevedo (suplente Sindiquinze);

A) Internet e Processo Judicial Eletrônico – PJE:

- 1) PJE – inconsistências e lentidão – medidas adotadas;
- 2) A qualidade da internet nas Unidades Jurisdicionais – melhorias – avaliação e divulgação de dados;
- 3) Divulgar e fomentar a utilização das funcionalidades AVJT e +PJE pelo TRT15.

B) Temas Administrativos – administração e manutenção predial

Apresentação das sugestões trazidas pelos servidores de 1º Grau integrantes do Comitê, envolvendo os seguintes assuntos:

- 1) Criação de uma secretaria conjunta para assuntos da área meio: modelo DAA Especializa & Equaliza;
- 2) Criação de contratos para manutenções gerais em todas as unidades;
- 3) Retirada de funções administrativas da 1ª Instância;
- 4) Contratação de empresa para manutenção hidráulica e elétrica;
- 5) Representante regional para fiscalizar prestadores terceirizados;
- 6) Criação de equipe de vistoria e manutenção predial programada;
- 7) Melhorar parceria e comunicação entre os setores da segunda instância.

O Excelentíssimo Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes, Coordenador do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

Dr. Renan agradeceu a presença dos servidores convidados para esta reunião, o Secretário de TIC e a Secretária da Administração, para tratar de temas pautados para este dia.

Em seguida, foram apresentados à deliberação os temas da pauta:

A) Internet e Processo Judicial Eletrônico – PJE:

Passou a palavra para o Herbert, pedindo para explicar como está a questão da lentidão e de eventuais inconsistências no sistema PJe.

1) A qualidade da internet nas Unidades Jurisdicionais – melhorias – avaliação e divulgação de dados;

O Secretário de TIC esclareceu que a SETIC fez contato com a Claro, empresa fornecedora e vencedora da licitação atual, para mudar a forma de tratamento de redundâncias, aumentando a velocidade em 50% nos Fóruns e 70% nas Varas, sem onerar o Tribunal. Além disso, foi realizada uma nova contratação de rede, que já estava prevista para 2024, para tentativa de resolver a insuficiência de links de comunicação.

Com a nova rede priorizada e a contratação finalizada, o processo de implantação está em curso, em período de sobreposição, já que o contrato atual está vigente até fevereiro.

Com acréscimo orçamentário de 279%, a nova contratação, viabilizada com auxílio da Administração do Tribunal e do CSJT, está prevista para ser totalmente implantada até maio/2024.

Herbert compartilhou slides a respeito do ambiente operacional do sistema e com mais detalhes sobre a redundância dos links, gráficos e pesquisas sobre as operações e as referências de consumo, tais como PJe, Meet, Zoom.

Um dos pontos diferentes da nova contratação - a passar por estudos comparativos pela SETIC depois da implantação efetiva - é a possibilidade de que a nova estrutura de rede permita que a velocidade aumente em um lugar quando houver menor uso em outro lugar, por exemplo.

2) PJE – inconsistências e lentidão – medidas adotadas;

Em relação ao PJe, o Diretor da SETIC noticiou que foi criada uma “sala de crises” - ainda ativa e com cerca de 30 técnicos analisando gráficos do sistema e debatendo diariamente – inclusive com abertura de *issues*.

Narrou que, na segunda e terça-feira desta semana, foram realizados testes no PJE e o sistema suportou bem. Na quarta-feira, durante o feriado de 15/11, foi realizada atualização. Verificou-se que as versões 2.9.2 e 2.9.5 geraram impacto de lentidão, tendo como hipotéticas causas: número de usuários (não tendo um aumento significativo para justificar a lentidão), número de consultas diárias ao banco de dados do PJE do nosso Tribunal. No particular, o formato de consulta foi modificado pelo CSJT na última versão,

o que aumentou consideravelmente o número de acesso ao banco de dados, necessitando de maior exigência na infraestrutura e de otimização da programação do sistema), número de módulos de conexões e respectivo consumo de integração entre aplicativos (que praticamente dobrou).

Comentou que a lentidão ocorreu em todos os Tribunais, mas com impactos diferentes, porque a infraestrutura é diversa. Quando uma funcionalidade é testada em um Tribunal pequeno, com menor número de acessos, não tem o mesmo impacto como nos Tribunais de grande porte, com maior uso de dados. Outros fatores que influenciam são: orçamento, margem de dados, tamanho do banco de dados e a capacidade de processamento, que variam de acordo com cada Regional.

Dr. Manoel Carlos destacou que a lentidão tem afetado bastante o 1º grau e pontuou que foram consultados 18 outros Tribunais.

Dr. Renan questionou se haveria como mexer na infraestrutura antes, para evitar novos problemas semelhantes no sistema. Herbert explicou, porém, que o Tribunal depende ativamente da equipe técnica do CSJT e dos contratos com empresas de banco de dados, de infraestrutura etc.

Exemplificou com a situação do TRT-2, que já enfrentou crises similares, com o mesmo cenário da 15ª Região. Como havia servidores de dados com mais folga para processar toda a versão, que tem o mesmo software, eles não foram impactados da mesma forma nessa última versão.

A situação atual do TRT-15, após consultas da SETIC aos diretores de VTs, demonstra que houve um ajuste na média de acessos e conexões ativas, diminuindo significativamente. As VTs informaram que não houve lentidão extrema.

A SETIC, em acordo com CSJT e empresa técnica que dá suporte, aumentou os esforços para uma solução sobre o assunto, diminuiu o processamento e melhorou a performance.

Dr. Manoel Carlos reforçou que a solução precisa ser definitiva, ao que Herbert esclareceu que o Tribunal depende do CSJT para liberação de novas versões, com possíveis melhorias ou correções.

Dra. Vanessa propôs que haja comunicação da Administração a todas as unidades sobre o investimento realizado e sobre soluções adotadas para melhorar o sistema e que a nova implantação está prevista até maio/2024.

Dr. Sérgio sugeriu que seja criado um novo canal para que as reclamações e as respostas cheguem de forma mais rápida, agilizando o sistema de comunicação. Fez a proposta também de que haja um comunicado prévio da SETIC sobre retiradas do sistema do ar ou atualizações, reconhecendo o trabalho realizado e a otimização feita até aqui, mas destacando a prioridade no orçamento para a questão da infraestrutura.

Dr. Marcel ratificou a proposta da Amatra XV, destacando que os magistrados representantes do Comitê são constantemente acionados sobre o PJe pelos seus pares de 1º Grau, requerendo uma comunicação transparente e eficiente.

Dr. Manoel Carlos propôs criar um grupo de WhatsApp com participação do Secretário de TIC, que não se opôs.

Dr. Renan, após todas as ponderações efetuadas, fez a seguinte sugestão de deliberação do Comitê, que foi acolhida:

O Comitê constata que houve melhora na performance do PJe. Porém, diante da imprescindibilidade do bom funcionamento do PJe, o Comitê sugere à Administração e ao Comitê Regional do PJe que maiores esforços possam ser envidados, de forma preventiva e proativa, com análise mais profunda das causas das inconsistências do sistema e com tratamento prioritário na implantação de correções de cada nova versão do PJe, seja nas iniciativas que adentram a autonomia da estrutura da SETIC deste Regional, seja no que concerne à interlocução com o Comitê Nacional do PJe.

O Comitê sugere ainda: **a)** que as Unidades de 1º Grau sejam periodicamente sondadas sobre a performance do PJe, com a divulgação desses dados para os comitês envolvidos; **b)** a comunicação e a divulgação aos servidores e magistrados dos dados apresentados nesta reunião pela SETIC, assim como que haja a divulgação mensal, pela Administração, das medidas adotadas para as melhorias no PJe; **c)** a criação de um canal rápido de comunicação entre os usuários internos (magistrados e servidores de 1º Grau) e a TI, para recebimento de informações e apresentação de inconsistências.

3) Divulgar e fomentar a utilização das funcionalidades AV/JT e +PJE pelo TRT15.

Sobre o AV/JT, Herbert explicou que a SETIC não tem conhecimento sobre o desenvolvimento do sistema, pois foi realizado por um servidor. Há, no entanto, um projeto para internalização do sistema, passando o Tribunal e a SETIC a assumirem as diretrizes de uso da ferramenta a partir de então. Da mesma forma que o Quinzinho, ferramenta proposta pela Corregedoria para o Projeto Especializa e Equaliza, cuja implementação depende de definição de grupo de negócios e de priorização, o assunto já tem sido debatido no âmbito de outros Comitês.

Ivan Bagini sugeriu que o Sindiquinze colabore com a interlocução com o servidor.

Dr. Renan propôs e o Comitê aprovou levar à Presidência pedido para que o grupo de negócios seja formado, com definição de parametrizações e empenho para que as funcionalidades AVJT e Quinzinho sejam internalizadas e disponibilizadas para uso, com ampla divulgação para as Varas.

B) Temas Administrativos – administração e manutenção predial

Dr. Renan ponderou que, para a discussão sobre esses temas administrativos, chamou a Secretária da Administração para participar desta reunião.

Solicitou que a servidora Susana fizesse uma breve exposição sobre as demandas trazidas, ao que ela apresentou as razões para as sugestões dos servidores de 1º Grau integrantes do Comitê, envolvendo os seguintes assuntos:

- 1) Criação de uma secretaria conjunta para assuntos da área meio: modelo DAA Especializa & Equaliza;**
- 2) Criação de contratos para manutenções gerais em todas as unidades;**
- 3) Retirada de funções administrativas da 1ª Instância;**

- 4) Contratação de empresa para manutenção hidráulica e elétrica;**
- 5) Representante regional para fiscalizar prestadores terceirizados;**
- 6) Criação de equipe de vistoria e manutenção predial programada;**
- 7) Melhorar parceria e comunicação entre os setores da segunda instância.**

Em seguida, foi dada a palavra à servidora Ana Silvia, que explicou, em síntese, que há hoje 63 servidores na Secretaria da Administração e suas coordenadorias, para atendimento de 141 prédios, em distâncias de mais de 700Km. Destacou que há déficit de 17% de servidores e previsão de mais aposentadorias vindouras. A título comparativo, no TRT-2 há 104 servidores para atendimento de 42 prédios. Com isso, torna-se imprescindível contar com o apoio das unidades de 1º Grau.

Deu exemplos dos aparelhos de ar condicionado e de outros equipamentos que ficaram parados ou menos usados durante a pandemia, sem possibilidade de manutenção. Relatou que não existe, no quadro do Tribunal, engenheiro mecânico. Toda essa estrutura precisa de atenção e de vistorias, como nos casos das unidades que passam por locação de imóveis.

Ana Silvia também pontuou que houve necessidade de regulamentar cerca de 50 normativos a partir da Nova Lei de Licitações e Contratos, o que foi estudado e minutado pela Secretaria da Administração. Destacou que a compra direta não é mais feita como antigamente, que é vedada pelo menor preço, mas sendo um sistema de dispensa de licitação, devendo contar com três orçamentos vindos da unidade, com prazos a serem cumpridos.

Falou ainda da necessidade de contar com informações de cada unidade a respeito do trabalho efetivo dos cerca de 800 terceirizados hoje atuantes no Tribunal.

Citou a Resolução CSJT 365/2023, que responde algumas dúvidas, prevê transparência e necessidade de maior número de pessoas para os serviços.

Dr. Sérgio mostrou preocupação com o que é tarefa dos setores-meio e dos setores-fim, colocando que as Varas recebem cerca de 200 mil processos judiciais¹ e que não pode haver desvio de funcionalidades, apesar da sobrecarga de trabalho de todos os setores. Pediu que seja encaminhada planilha à Corregedoria com quantas horas semanais são gastas pelos diretores de secretaria nas tarefas administrativas.

Dr. Renan explicou que o cargo de diretor de secretaria não previa lidar com atividade-fim, mas sim com gestão administrativa e de pessoas nas VTs, o que precisa ser levantado sobre cada papel dos CJs atuais, a partir do Projeto Especializa e Equaliza.

Dr. Levi explicou que há divisão predial e que as tarefas administrativas são incluídas no papel dos servidores CJs das Varas. Ana Silvia completou que as funções estão descritas no Ato Regulamentar 001/2018.

Marco ponderou também quais são as dificuldades da Secretaria de Orçamento e Finanças e os impactos financeiros com a implantação do sistema nacional do SIGEO.

¹ A a quantidade de processos recebidos pelas varas do TRT15 em 2022 foi 236.944
<https://trt15.jus.br/noticia/2023/cresce-11-quantidade-de-processos-solucionados-pelas-varas-do-trabalho>

Paula trouxe a questão da falta de servidores, explicando, no entanto, que há a previsão de chamar mais servidores do concurso, com remanejamento de cargos necessário pela Administração. Explicou a preocupação constante em reposição de servidores que saem, em manter parceria entre as unidades administrativas e as unidades judiciais, para possibilitar o bom funcionamento e evitar a paralisação, atendendo às áreas de auditoria do TRT, do CSJT e ao TCU.

Dr. Renan propôs levar as demandas à Corregedoria.

Dr. Manoel Carlos e Vlademir esclareceram que há problemas de segurança em algumas unidades, diferenças entre os prédios do Tribunal, inúmeras dificuldades a serem enfrentadas e que a Corregedoria tem buscado melhorias com o Projeto Especializa e Equaliza, com algumas soluções que talvez ainda não sejam integralmente conhecidas, inclusive citando a criação de mais CJs para Divisões dentro dos Fóruns e Varas.

O Comitê concordou em lançar em pdf as propostas dos servidores e as manifestações da Secretaria da Administração e da Corregedoria, para melhor análise.

O próximo encontro ficou agendado para o dia 23 de fevereiro de 2024, às 14h.

Ata preparada por	<ul style="list-style-type: none">- Juíza Fernanda Amabile Marinho de Souza- Patricia Luchi Pesce (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês)	Em	21/11/2023 17/11/2023
Ata aprovada por	<ul style="list-style-type: none">- Desembargador Coordenador, Renan Ravel Rodrigues Fagundes	Em	23/11/2023